



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005673-37.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Meila Barbosa do Amaral Pires**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha conta junto ao réu, transferindo-a a outro estabelecimento bancário.

Alegou ainda que mesmo assim seus vencimentos continuaram sendo depositados no réu para posterior repasse à Caixa Econômica Federal.

Salientou que em decorrência de débito que tinha para com o réu ele reteve a totalidade de seus vencimentos de junho/2014, esclarecendo um dos gerentes dele que somente faria a liberação dos valores se assinasse uma confissão de dívida, com o que não concordou.

A preliminar de inépcia da inicial suscitada pelo réu em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, o relato de fl. 01 é perfeitamente inteligível e o pleito formulado não encontra vedação no ordenamento normativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

À míngua de vício formal que o maculasse (ressalvo que a prova do alegado encerra questão de mérito), rejeito a prejudicial arguida.

No mérito, sustenta a autora que o réu promoveu a retenção integral de seus vencimentos, vinculando a liberação dos mesmos à assinatura de uma confissão de dívida.

O último aspecto mencionado não possui maior relevância para a decisão da causa porque mesmo que a exigência mencionada não tenha sucedido isso não legitima a retenção dos vencimentos da autora à evidência.

Assentada essa premissa, o réu não demonstrou que a conduta que lhe foi imputada pela autora não aconteceu, ou seja, deixou de provar que não reteve os vencimentos dela.

Poderia fazê-lo, bastando que amealhasse elementos materiais no sentido de que os recursos foram repassados à Caixa Econômica Federal, ficando à disposição da autora, mas tal não sucedeu.

É relevante notar que tocava à ré o ônus a esse propósito, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente dele.

Como se não bastasse, não é crível que a autora tivesse acesso aos vencimentos e em vez de utilizá-los prontamente aforasse a presente demanda com tal finalidade.

Nem mesmo se vislumbra o interesse da autora em auferir vantagem econômica com a propositura da ação, pois o pedido formulado não contempla nenhum aspecto nessa direção.

Por fim, a autora não questiona o direito do réu em promover os descontos de seus vencimentos para a quitação do débito que com ele possui, tanto que esclareceu que isso já vinha acontecendo sem intercorrências.

O que ela não admite é a retenção integral desses valores, sendo despidendo aprofundar a discussão para firmar a certeza de que inexistente lastro a amparar a alternativa.

Aliás, o réu em contestação sequer sustentou a legitimidade de promover a retenção nesses moldes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação consistente em abster-se de reter **integralmente** os vencimentos da autora, mês a mês, para a quitação do débito a cargo dela, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 3.000,00.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**